



# Resumo da Apresentação feita na AGE/SERJUSMIG - 26/09/2015

SS JUSTIÇA MG

Quando se analisa a questão da concessão de reajustes salariais nos Tribunais de Justiça nos estados nota-se que, mesmo diante da complexa situação fiscal do país e dos entes federativos, há concessão de recomposição em vários locais. De fato, no período entre setembro de 2014 e agosto de 2015, dos vinte e seis estados da federação e o Distrito Federal, houve algum reajuste salarial em vinte e dois deles, sendo que, em nove, esse reajuste foi maior ou igual à inflação medida pelo IPCA.

Considerando a situação em relação ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 31 de dezembro de 2014 havia oito tribunais com o índice maior ou igual a 5,25%, que era a situação do TJMG naquele momento. Desses oito tribunais, cinco concederam reajustes ao longo do ano de 2015 (até agosto). Quando se considera a situação em 30 de abril de 2015, havia oito tribunais com o índice maior ou igual a 5,40%, que era a situação do TJMG no mesmo momento. Desses oito tribunais, quatro concederam reajustes ao longo do ano de 2015 (até agosto).

Deixar de conceder o reajuste previsto no orçamento para 2015, além de levar a perdas de caráter monetário, também posicionou os servidores do TJMG em uma colocação pior que a dos anos anteriores na comparação com os demais TJ's do país.

Tabela 1: Posição do vencimento e gratificações dos servidores do TJMG em relação aos demais Tribunais de Justiça Estaduais, de acordo com escolaridade – 2014 e 2015

Ano	Nível Médio				Nível Superior			
	Vencimento		Vencimento + Gratificações		Vencimento		Vencimento + Gratificações	
	Total	Por Hora	Total	Por Hora	Total	Por Hora	Total	Por Hora
2014	22 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>	24 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	24 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>
2015	24 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>	26 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	22 <sup>a</sup>	21 <sup>a</sup>	26 <sup>a</sup>	24 <sup>a</sup>

Em 2014, os servidores no início da carreira de nível médio ocupavam a 22<sup>a</sup> posição no ranking dos Tribunais de Justiça estaduais, em termos de vencimento; a não concessão da data-base em 2015 em Minas Gerais e o fato de que, em vinte e duas unidades da federação houve reajuste, levaram Minas para a 24<sup>a</sup> colocação em 2015. No caso dos servidores no início da carreira de nível superior, a queda foi do 20<sup>o</sup> lugar em 2014 para o 22<sup>o</sup> em 2015.

Em termos de vencimento por hora trabalhada, a queda foi ainda maior, de três posições: no caso do nível médio da 17<sup>o</sup> posição em 2014 para a 20<sup>a</sup> em 2015 e no caso dos servidores de nível superior da 18<sup>o</sup> posição em 2014 para a 21<sup>a</sup> em 2015.

Quando se somam aos vencimentos as gratificações recebidas pelos servidores o quadro se torna ainda pior: os servidores no início da carreira de nível médio ocupavam a 24ª posição em 2014 e passaram para a penúltima colocação em 2015, situação semelhante ao caso dos servidores no início da carreira de nível superior.

Quando se considera a soma dos vencimentos com as gratificações, dividida pelas horas trabalhadas, a queda foi ainda maior: de três posições, no caso do nível médio, da 18ª posição em 2014 para a 21ª em 2015 e de quatro posições, no caso dos servidores no início da carreira de nível superior, da 20ª posição em 2014 para a 24ª em 2015.

Tabela 2: Possibilidades para a concessão da data-base 2015

2º Quadrimestre de 2015 - Situação Atual					3º Quadrimestre de 2015 - Projeção com depósitos judiciais			
	Atual	No limite prudencial	Sobra	Reajuste possível	Projeção	No limite prudencial	Sobra	Reajuste possível
Folha Bruta	3.769.625.943,36	3.841.086.571,81	71.460.628,45	3,97%	3.858.525.011,45	4.003.817.659,75	145.292.648,30	8,07%
Folha Líquida	2.607.716.315,05	2.657.150.675,25	49.434.360,20		2.668.941.750,42	2.769.440.675,25	100.498.924,83	
RCL	47.326.577.170,68	47.326.577.170,68			49.326.577.170,68	49.326.577.170,68		
Limite LRF	5,51%	5,61%			5,41%	5,61%		

Com relação às possibilidades para a concessão da data-base, a situação no segundo quadrimestre de 2015 mostra que o tribunal ainda se encontra abaixo do limite prudencial da LRF, que é de 5,6145%, estando em 5,51%. Nesse nível torna-se possível para o TJMG conceder um reajuste de 3,97%, o qual mantém o tribunal exatamente no limite da referida lei.

O fato novo, é que, há informações de que R\$ 2 bilhões, referentes aos depósitos judiciais, já teriam sido repassados ao tesouro estadual. Caso essa transferência de recursos tenha de fato ocorrido, significa que, no terceiro quadrimestre de 2015, o limite do tribunal passaria a ser de 5,41%, supondo que os gastos com pessoal cresçam na sua taxa natural e que o aumento na receita corrente líquida do estado se deva apenas à soma dos depósitos judiciais. Nesse cenário seria possível conceder um reajuste de 8,07% referente à data base de 2015, valor superior ao orçado, mas ainda inferior à variação do IPCA de 8,17% no período entre maio de 2014 e abril de 2015.